

CLIPPING MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEIO	Dinheiro Vivo			
Nº PAG.	4	DATA	11 de abril de 2020	

“Benefícios a Portugal são afirmação política de Angola com grande valor”



Aprovado pelo presidente João Lourenço e publicado em Diário da República de Angola há cerca de um mês, o Tratado de Proteção Recíproca de Investimentos deixa Portugal numa posição privilegiada no que respeita ao programa de privatizações angolano. O acordo, desenhado há dez anos mas só agora efetivado, visa a proteção dos investimentos de Portugal em Angola e vice-versa, deixando-nos numa posição mais favorável do que qualquer outro país que queira investir.

Em conversa com o Dinheiro Vivo, o fundador da sociedade de advogados Miranda & Associados e especialista em Energia, Agostinho Pereira de Miranda, explica quais são as características que o tornam num tratado único na atualidade. E revela as dificuldades cavadas pela baixa do preço do petróleo num momento em que a economia angolana começava a desenvolver alterações profundas numa reestruturação com vista a tornar-se numa economia aberta.

PIB de Angola

Taxa de variação anual do PIB, em percentagem



Um tratado desta natureza, com claras vantagens para Portugal, é surpreendente nesta altura?

É surpreendente, sim. O tratado contempla todos os benefícios associados a este tipo de acordos, numa altura em que esse protecionismo não é comum. Tem-se evitado a ideia de favorecimento, a regra é não dar ao estrangeiro base jurídica para atuar num mercado nacional com vantagem sobre os investidores desse mercado. Mas aqui acontece isso, graças à determinação de que as divergências podem ser resolvidas na arbitragem internacional. Dar a um estrangeiro a possibilidade de litigar em tribunais arbitrais internacionais é hoje um privilégio considerado até algo assimétrico. Portanto, o que Angola fez – e é surpreendente que a União Europeia o permita – foi distinguir-nos com privilégios que já quase ninguém se dispõe a conceder. Mesmo em Angola, hoje a regra são os tribunais angolanos e não os internacionais, pelo que isto até vai contra a regra angolana. É como se Luanda tivesse percebido que tinha de ser bastante mais liberal com Portugal.

CLIPPING MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEIO	Dinheiro Vivo			
Nº PAG.	4	DATA	11 de abril de 2020	

Quais são os principais benefícios previstos?

Os mecanismos mais significativos que se incluem neste tratado são o da arbitragem internacional em caso de conflito entre o investidor e o Estado angolano ou a empresa pública angolana – que é bastante invulgar acontecer hoje em tratados de investimento bilaterais. Depois, há uma garantia invulgar que é a de nação mais favorecida: por exemplo, se amanhã Angola vier a dar tratamento mais vantajoso a um investidor russo, os portugueses podem pedir revisão dos seus contratos. Outro ainda é o do tratamento nacional, que prevê que caso Luanda dê tratamento especial, de acesso ao crédito ou de concorrência, particularmente privilegiador a um investidor angolano também tem de o conceder ao português. E há ainda o direito a não ver investimentos expropriados sem compensação efetiva e ao repatriamento dos lucros sem perdas cambiais e sem tributação que não a prevista.

As empresas portuguesas já tiveram alguns problemas com mudanças de regras a meio do jogo. Acredita que agora será diferente?

A burocracia angolana tem levado tempo a perceber que está num mercado altamente concorrencial mas está à procura de investidores estrangeiros, que sabe ser a única forma de diversificar a economia, e esta garantia jurídica dada a Portugal é um passo importante para a normalização.

Há ainda vantagens indiretas a considerar...

Sim, por adotar um conceito de investidor alargado, um estrangeiro pode criar uma sociedade em Portugal e beneficiar, enquanto sociedade de direito português, das vantagens deste tratado em Angola. O que também traz vantagens a Portugal (como acontece com a Holanda, enquanto sede de empresas estrangeiras), na medida em que haverá alguma criação de emprego aqui – nuns casos mais, noutros menos -, alguma tributação, designadamente de lucros, e muito provavelmente parcerias com empresas ou investidores portugueses, já que é pacífico que o elemento português beneficia e oleia o funcionamento dos veículos estrangeiros em Angola.

Quanto à arbitragem internacional, é uma determinação que faz a diferença na decisão de investir em Angola?

A arbitragem internacional está prevista depois de um período de *cool off* de seis meses (visando a tentativa de acordo) e tem as cinco modalidades de arbitragens de investimento à escolha. Quer isso venha expresso no contrato quer não, o investidor pode sempre recorrer à arbitragem internacional. E isso é dizer muito, porque nas decisões de investimento, no ambiente de negócios, a certeza de ver reparados os direitos é importantíssima.

É uma mudança decisiva?

É, particularmente quando se trata de empresas portuguesas com parceiros de outros países, investidores ou agências de investimento, já que dá garantias que podem verdadeiramente fazer a diferença, porque os tribunais angolanos não são ainda muito reputados.

O tratado é um texto com mais de dez anos. Mas só agora é publicado...

É e isso suscita uma série de questões jurídicas que não ignoro... mas trata-se de uma afirmação política de que o que faltava completar no processo à face do Direito angolano, designadamente a troca de instrumentos e depósito do tratado nas Nações Unidas, está prestes a ser feito. É uma reafirmação política de que estamos numa fase de relacionamento comercial que justifica o mesmo nível de compromisso bilateral que existiu em 2008, quando essa era a regra no mundo, mas que hoje, apesar de o mundo ter caminhado no sentido da soberania nacional, Angola abre uma exceção com Portugal. E em vez de estabelecer uma cooperação à medida das que tem com outros países, quer conosco um acordo à maneira antiga, que vincula a regras muito estritas do investimento estrangeiro. É por isso, sem dúvida, uma afirmação política de grande valor e que dá um quadro jurídico mais sólido e seguro, muito mais na linha do que os investidores querem.

CLIPPING MIRANDA				 Miranda & Associados Sociedade de Advogados, SP, RL
MEIO	Dinheiro Vivo			
Nº PAG.	4	DATA	11 de abril de 2020	

Como tem visto a alteração de políticas e as reformas em Angola?

Angola está a seguir um novo modelo económico e de desenvolvimento que se diferencia de maneira contrastante com a dimensão do Estado na economia que vigorou todo este tempo – e que não era compatível com as liberdades de expressão, de associação e com a abertura política. Luanda está a praticar um modelo de capitalismo liberal, ainda com uma presença significativa do Estado mas que, de acordo com o Propriv (programa de privatizações) tende a diminuir de maneira cavada: são quase 200 empresa públicas que estão nesta lista de alienações, incluindo gigantes como companhia aérea TAAG ou a petrolífera Sonangol. Angola tem tido dificuldades, mas está a fazer caminho – criou a Autoridade da Concorrência, criou um novo modelo extraordinariamente favorecedor do investimento estrangeiro... Até há uns dois anos, lembre-se, era preciso 1 milhão de dólares de investimento mínimo para fazer-se valer de garantias da lei de investimento privado.

Ainda há coisas por resolver...

Há muitas dificuldades ainda, claro. Até, porque muitos investidores hesitam face à regulamentação do setor onde querem entrar. Por exemplo, uma empresa que queira investir na TAAG quer ter a certeza de que ela vai manter certos direitos, como as rotas para o estrangeiro. Ou seja, há setores em que as regras que ordenarão a operação ainda não estão totalmente claras. Por outro lado, a máquina do Estado também não tem respondido com a celeridade e eficácia necessárias. E depois há as surpresas, como a queda do preço do petróleo, que é dramática para aquele país. O governo de João Lourenço encontrou uma situação que já era difícil, mas mercê do contexto internacional e das políticas monetárias restritivas que teve de tomar, o seu modelo de crescimento, que visava conter a degradação social, está a ter extremas dificuldades. Porque o dinheiro não chega.

O preço do petróleo está em queda e não se prevê uma alteração nessa tendência. Angola conseguirá manter os seus compromissos, nomeadamente na dívida?

Eu sou um filho de Angola, fui para lá com 3 anos e devo-lhe tudo. A minha simpatia e gratidão por aquele país não podiam ser maiores. E vejo com muita apreensão que aquele povo, depois de ter aguentado com estoicismo e até humor os custos sociais da transição política e económica, agora seja confrontado com esta dificuldade. A persistirem estas condições – e é provável que as coisas piorem antes de melhorarem – o risco não é menos do que isso: entrar em incumprimento, numa altura em que se previa que estivesse a sair da recessão. Este nível no preço do petróleo, que para Angola significa uma redução em 50% das receitas do setor petrolífero, é dramático. E se Luanda pode contar com a solidariedade internacional, há coisas em que nem isso vale, como o facto de o Orçamento Geral do Estado estar já muito onerado com pagamento da dívida e ir ficar ainda mais.

É um risco significativo.

E há mais um perigo num horizonte mais distante se o preço do petróleo se degradar mais, como é possível que aconteça – o preço de *spot market* é resultado de uma situação que não se via há 90 anos, fruto de uma diminuição clara da procura a que a OPEP respondeu com corte de 1,5Mb/dia e com um crescimento da oferta resultante da disputa Arábia Saudita/Rússia. Ora esta combinação contracíclica não existia desde os anos 1930. O preço do barril está nos 30 dólares e quase inevitavelmente chegará aos 20, com má sorte pode ir aos 10...

Vai piorar?

Sim, porque a queda no preço do petróleo torna menos atraente a opção pelas renováveis, mas a este nível o que é provável agora é a redução de subsídios à indústria fóssil. Tendemos a esquecer que estes subsídios à indústria fóssil são de ordem superior aos das renováveis e com preços a este nível os Estados vão deixar de financiar e aproveitar, sobretudo na Europa, para tributar mais as emissões de CO2. O que também não vai ajudar à recuperação do preço do barril.

Angola precisava dessa recuperação.

Precisava muito, porque com o barril abaixo de 60 dólares não há incentivo para investir no petróleo. As novas licitações foram previstas para um preço mínimo de 50/40 dólares e hoje o que há é um desincentivo à pesquisa, que é essencial para Angola manter os níveis de produção – não é aumentar, é simplesmente manter. As taxas de esgotamento em Angola são o dobro das dos países com aquele nível de produção e Angola já caiu de 1,850 milhões para 1,250 milhões de barris/dia...

CLIPPING MIRANDA				
MEIO	Dinheiro Vivo			
Nº PAG.	4	DATA	11 de abril de 2020	

Dada a conjuntura, seria de esperar mais apoio das instituições internacionais relativamente a Angola?

A viabilização dos países africanos que fazem os sacrifícios que Angola faz é uma questão de vida ou morte para as próprias sociedades europeias. O nosso futuro está intimamente ligado ao de África. Mas as elites africanas têm de contribuir para a boa governação, para captar investimento privado que pode trazer a África o desenvolvimento de que precisa e que merece. O incentivo ao desenvolvimento do G20 são 100 mil milhões, dos quais foi mobilizado cerca de um quarto nos últimos 3 ou 4 anos. África tem um aumento anual de 10 milhões de jovens no mercado de trabalho. Se não se der resposta a isto, podemos ter a certeza que vamos ter problemas. Em África, que já é dramático, mas esses problemas também vão ser exportados. Sim, devia haver mais generosidade, mas os africanos têm também de fazer a sua parte.

Como assim?

Tem de haver, além da condenação ética, uma atitude solidária para com aqueles povos, que leve a níveis de exigência diferentes dos atuais. Nós somos um bom exemplo de um país que achou que, mesmo sendo dinheiro manchado na sua origem, se criasse riqueza cá estava tudo bem. Isto é uma forma de cumplicidade. Portugal, o Reino Unido, França, os EUA têm de colaborar num combate ativo contra a corrupção e demonstrar solidariedade com as forças políticas nestes países que procuram acertar o passo. Hoje, os países europeus não têm uma atitude de colaboração generosa ativa de apoiar aqueles que querem o melhor, uma melhor governação como forma mais direta de combater desvios.

Como acha que vai acabar o caso Isabel dos Santos?

Não posso pronunciar-me sobre o caso porque tenho colegas a ele ligados – e nada me merece mais admiração do que Isabel dos Santos, com todo o mundo contra si, ter um advogado como Paulo Saragoça da Matta a defendê-la, que é um fantástico penalista. É um ato de coragem.